

UM COMPLEMENTO AO FINANCIAMENTO DAS IES: Por um Ensino superior mais autónomo, competitivo e sustentável

O Ensino Superior desempenha um papel fundamental no desenvolvimento científico, económico e social do país. Para que as Instituições de Ensino Superior (IES) possam cumprir com excelência o seu propósito, é essencial que disponham de meios que lhes garantam maior estabilidade, autonomia e capacidade de resposta às exigências da sociedade atual.

Embora o financiamento público continue a ser uma base imprescindível para o funcionamento das universidades e politécnicos, torna-se cada vez mais relevante complementar essas fontes com mecanismos alternativos e sustentáveis. Entre esses mecanismos, destaca-se o modelo dos fundos patrimoniais universitários (*endowments*), instrumentos de apoio de longo prazo baseados em doações de antigos alunos, empresas, fundações e cidadãos, cuja rentabilidade permite financiar projetos estratégicos como bolsas de estudo, investigação, inovação ou inclusão social.

Esta moção defende, assim, a importância de promover uma cultura de mecenato académico estruturado, incentivando a participação da sociedade civil no futuro do Ensino Superior. A criação e consolidação de *endowments* representa não apenas uma alternativa complementar de financiamento, mas também uma oportunidade para reforçar os laços entre as universidades e a sociedade, permitindo uma gestão mais previsível e duradoura dos recursos.

Um *Endowment* é um fundo permanente constituído por doações, seja de indivíduos, empresas ou fundações, cujo capital é investido com o objetivo de gerar rendimentos sustentáveis a longo prazo. O princípio base de um *endowment* é que o capital doado, também chamado de *corpus*, não é utilizado diretamente, sendo apenas os rendimentos obtidos com os seus investimentos aplicados no financiamento de atividades e projetos da instituição beneficiária. Estes podem incluir bolsas de estudo, programas de investigação, desenvolvimento de infraestruturas, projetos sociais ou iniciativas de inovação.[1]

Por sua vez, o mecenato é uma forma de apoio voluntário, financeiro ou material, a iniciativas de carácter cultural, educativo, científico ou social, que não tem como finalidade um retorno comercial direto. Este apoio pode manifestar-se de diversas formas, como doações diretas, financiamento de projetos específicos, patrocínios institucionais ou a criação de prémios e cátedras. No contexto do Ensino Superior, o mecenato desempenha frequentemente o papel de origem ou catalisador de *endowments*. [2]

A importância estratégica dos *endowments* e do mecenato reside na sua capacidade de reforçar a autonomia e sustentabilidade das instituições de ensino superior. Permitem reduzir a dependência exclusiva de financiamento público, diversificando as fontes de receita e aumentando a resiliência financeira das universidades. Além disso, contribuem para atrair e reter talento, seja ao nível dos estudantes, através da atribuição de bolsas, seja ao nível dos docentes e investigadores, apoiando carreiras e projetos de excelência. Por fim, promovem um forte vínculo entre as universidades e a sociedade civil, fomentando uma cultura de filantropia e envolvimento cívico com a missão académica. O conceito de *endowment* tem raízes profundas no mundo anglo-saxónico, especialmente em universidades como Oxford e Cambridge no Reino Unido, e mais tarde em Harvard e Yale, nos Estados Unidos. Em Portugal, tanto o conceito de *endowment* como o de mecenato universitário têm registado algum crescimento, ainda que modesto, nos últimos anos. A cultura de doação privada às

universidades não está profundamente consolidada, e o sistema de ensino superior é tradicionalmente dependente de financiamento público. No entanto, algumas instituições de referência têm procurado alterar este paradigma, inspirando-se nas melhores práticas internacionais.

Um dos casos relevantes em território nacional é o da Universidade Nova de Lisboa, especialmente através da sua escola de negócios, a Nova School of Business & Economics (Nova SBE). Embora a escola não utilize oficialmente o termo “*endowment*”, a lógica de alguns dos seus fundos aproxima-se bastante do conceito. O Nova SBE *Fellowship Fund* e o *Alumni Fund*, por exemplo, foram criados para apoiar estudantes com mérito académico e dificuldades financeiras, sendo alimentados por doações regulares de ex-alunos e empresas parceiras. A Nova SBE tem conseguido construir uma rede sólida de apoio filantrópico, e a própria construção do seu campus em Carcavelos foi possível graças a um modelo de financiamento baseado em mecenato, com contributos significativos da Fundação Alfredo de Sousa, do grupo Jerónimo Martins, do BPI e do Santander Totta. [5]

O mecenato descreve um conjunto de donativos oferecidos voluntariamente e sem contrapartidas, podem beneficiar nomeadamente Instituições de Ensino Superior, com dedução fiscal prevista em lei de 130% ou 150%, dependendo da natureza do donativo [6][7][8]. Estes apoios podem ser concedidos ao abrigo do mecenato científico, que visa o desenvolvimento científico e tecnológico através do apoio a projetos de investigação, desenvolvimento e/ou renovação de instalações de investigação, atribuição de bolsas, entre outros. [6] Fora deste, o mecenato pode também apoiar a missão educativa das instituições. [7]

A relação entre as Instituições de Ensino Superior e o setor empresarial tem vindo a assumir, nas últimas décadas, um papel cada vez mais estratégico na promoção do desenvolvimento económico, da inovação e da competitividade. As IES deixaram de ser meros espaços de transmissão de conhecimento, passando a desempenhar funções enquanto parceiros ativos no ecossistema da inovação, criando valor económico e social em estreita articulação com o tecido empresarial.

As IES são responsáveis por uma parte significativa da investigação científica e do desenvolvimento de conhecimento em Portugal e na Europa. Para além de produzir conhecimento, a investigação académica estabelece pontes com o setor empresarial, onde é aplicada, desenvolvida e, muitas vezes, comercializada. Esta colaboração concretiza-se através de projetos de investigação e desenvolvimento (I&D), da criação de *spin-offs*, incubadoras de empresas, *hubs* tecnológicos e centros de transferência de tecnologia, que permitem transformar conhecimento académico em soluções inovadoras para os desafios da sociedade e do mercado. [9]

Adicionalmente, o setor empresarial representa hoje uma relevante fonte de financiamento para as IES, tanto através de projetos de investigação colaborativa, como de patrocínios,

atribuição de bolsas de estudo, cátedras patrocinadas e investimento em infraestruturas académicas e científicas. Empresas como a Sonae, o Millennium BCP ou a Vodafone desenvolvem parcerias com IES através de estágios, desafios académicos, programas de recrutamento e projetos de inovação aberta, assegurando vantagens mútuas: para as empresas, que acedem a conhecimento e talento qualificado e para as instituições, que diversificam as suas fontes de financiamento e reforçam a sua ligação ao mercado de trabalho. [10][11][12]

No plano internacional, a aposta portuguesa em parcerias estratégicas temse consolidado através da participação de diversas Instituições de Ensino Superior em alianças europeias e programas de cooperação com universidades de referência. A Universidade de Lisboa, através de várias das suas escolas, incluindo o Instituto Superior Técnico, integra a aliança europeia Unite! e é um dos pilares do programa GoPortugal, com colaborações estruturadas com o MIT, UT Austin, Carnegie Mellon e Fraunhofer [18][19][20]. A Universidade do Porto destaca-se como parceira ativa da EIT Health e da EIT Manufacturing, promovendo inovação aplicada em saúde e indústria, respetivamente [21][22]. A Universidade de Coimbra participa na aliança europeia EC2U e tem colaborado com instituições como a Universidade de Salamanca e Poitiers no desenvolvimento de programas conjuntos [23]. Já a Universidade do Minho integra o consórcio CMU Portugal com a Carnegie Mellon University, contribuindo para projetos nas áreas de engenharia, robótica e ciência dos dados. Estas parcerias têm produzido resultados concretos em termos de transferência de tecnologia, formação avançada, internacionalização da investigação e criação de *startups*, reforçando o posicionamento global do ensino superior português. As universidades portuguesas têm reforçado a ligação aos setores produtivos através da criação de programas doutorais interuniversitários estruturados para responder às competências exigidas pelo mercado e pelas empresas. Um exemplo emblemático é o programa MAPI, um doutoramento conjunto em Informática coordenado pelas Universidades do Minho, Aveiro e Porto, onde os estudantes podem realizar parte do curso no mercado de trabalho ao entrarem como estudantes a tempo parcial enquanto trabalham em empresas ou em projetos de investigação. [15]

Para além do impacto económico direto, a colaboração estratégica entre as Instituições de Ensino Superior e o setor empresarial contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconómico e para a coesão territorial. Estas parcerias fomentam a difusão de conhecimento e a valorização de competências a nível local e regional, promovendo a criação de emprego qualificado, a inovação baseada no território e o envolvimento em projetos de responsabilidade social. Ao atuarem em articulação com empresas locais, regionais e multinacionais, as IES reforçam a capacidade de inovação dos ecossistemas regionais e dinamizam o tecido económico e social das comunidades onde se inserem. [9]

A implementação de instrumentos de *endowment* nas Instituições de Ensino Superior seria uma medida estratégica com inúmeras vantagens comprovadas noutros países. Sendo uma fonte de financiamento estável e duradoura, mostra-se particularmente importante em Portugal, onde cerca de 56% do financiamento das IES provém do Orçamento do Estado, e 70% do rendimento das universidades públicas (e 80% dos politécnicos) depende de fundos públicos. Permitir a criação de *endowments* ajudaria a diversificar essas fontes, protegendo as instituições em momentos de crise económica e reforçando a sua reputação a longo prazo. [16] [17]

Ao garantir uma base financeira mais autónoma, os *endowments* permitem que as universidades invistam em áreas que considerem prioritárias, como bolsas de estudo, programas de inclusão, ou investigação científica, sem estarem limitadas aos ciclos e condicionantes do financiamento estatal. Estas doações não substituem o apoio público, mas complementam-no, tornando possível manter e até expandir atividades fundamentais mesmo quando os recursos do Estado são insuficientes. Com esta segurança financeira, as IES podem lançar projetos de investigação de longo prazo, criar apoios mais robustos para os estudantes e aumentar a sua competitividade a nível internacional.

Num cenário em que a autonomia e a capacidade de inovação são cruciais para o desenvolvimento do país, torna-se imperativo diversificar as fontes de financiamento, garantindo que as universidades e politécnicos possam cumprir a sua missão educativa, científica e social com maior independência e estabilidade. O sistema fiscal português já prevê incentivos ao mecenato científico e educativo, com benefícios fiscais que podem chegar aos 150% do valor doado. No entanto, é necessário um esforço mais estruturado para envolver a sociedade civil, as empresas e os antigos alunos na construção destes fundos.

A criação e consolidação de fundos patrimoniais nas Instituições de Ensino Superior portuguesas não é apenas uma medida financeira, mas um investimento estratégico no futuro do país. Ao reduzir a dependência de verbas públicas, fomentar uma cultura de solidariedade e responsabilidade partilhada, e permitir que as universidades planeiem a longo prazo, este modelo contribuirá para um ensino superior mais autónomo, mais inovador e mais justo. Assim, esta moção apela a um compromisso coletivo do Estado, das instituições, das empresas e da sociedade civil para tornar os *endowments* uma realidade robusta em Portugal, seguindo o exemplo das melhores universidades do mundo, garantindo que o conhecimento e a formação avançada continuem a ser pilares do desenvolvimento nacional e reforçando a importância de todos os atores unidos em prol de um ensino superior sustentável, inclusivo e de excelência, que seja fonte de progresso para a sociedade portuguesa.

Deste modo, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas em Santarém, a 12 e 13 de julho:

1. Assegurar que as universidades e politécnicos possam contar com fontes de receitas estáveis e de longo prazo, complementares ao financiamento público, que lhes permitam investir em áreas prioritárias, sem estarem sujeitas a ciclos orçamentais restritivos;
2. Reforçar os benefícios fiscais para doações a fundos patrimoniais, aumentando a taxa de dedução em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas para incentivar particulares e empresas a contribuírem de forma mais significativa;
3. Simplificar os processos de criação e gestão de *endowments*, adaptando a legislação atual para reduzir burocracias e tornar mais claro o enquadramento jurídico destes instrumentos;

4. Estabelecer um regime fiscal favorável para legados e doações testamentárias direcionados a fundos patrimoniais universitários, seguindo exemplos de países como o Reino Unido ou os Estados Unidos da América, onde este tipo de contribuições é comum;
5. No que respeita à supervisão, transparência e acompanhamento da implementação deste modelo complementar de financiamento, deve ser assegurado:
 - a. Um modelo de governança transparente e profissionalizado para os *endowments*, assegurando que os fundos são geridos com critérios de rentabilidade e sustentabilidade, mas também de alinhamento com a missão das instituições;
 - b. Mecanismos de supervisão independente, incluindo comités de investimento com peritos em gestão financeira para garantir que os recursos são aplicados de forma eficiente e ética;
 - c. Regras claras sobre a utilização dos rendimentos, definindo percentagens mínimas e máximas que possam ser gastas anualmente de modo a preservar o capital a longo prazo;
 - d. Um sistema de reporte obrigatório, no qual as instituições divulguem anualmente a performance dos seus fundos, os projetos financiados e o impacto gerado, garantindo transparência e prestação de contas.
6. Desenvolver plataformas digitais, geridas por cada IES que disponibilizem informações relativas às prioridades de investimentos estratégicos em linha com a sua missão e projetos a desenvolver. Esta plataforma tem como objetivo facilitar doações recorrentes, permitindo que antigos alunos, empresas e cidadãos em geral contribuam com pequenos montantes de forma regular;
7. Promover parcerias estratégicas com o setor empresarial, criando programas de responsabilidade social corporativa que canalizem parte dos investimentos em mecenato para fundos patrimoniais universitários;
8. Criar um observatório nacional que acompanhe a evolução dos *endowments* em Portugal, produzindo estudos e recomendações para melhorar continuamente o modelo.
9. Atribuir incentivos fiscais adicionais a empresas e doadores que diversifiquem o investimento por várias regiões de forma a promover a coesão territorial

Destinatários: Ministério da Educação, da Ciência e Inovação, Instituições de Ensino Superior, Direção-Geral do Ensino Superior, Conselho Nacional de Educação, Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Referências

- [1] <https://www.investopedia.com/terms/e/endowment.asp>
- [2] <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/198934554075153140999>
- [3] <https://www.hmc.harvard.edu>
- [4] <https://www.novasbe.unl.pt/en/about-us/giving-back>
- [5] <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/198934554075106414908>
- [6] <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/198934554075153140999>
- [7] <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/198934554075106389979>
- [8] European Commission (2024). *Science, Research and Innovation Performance of the EU 2024 Report*
- [9] <https://www.vodafone.pt/press-releases/2021/3/vodafone-abre-candidaturasparaintegrar-jovens.html>
- [10] https://www.millenniumbcp.mo/pt/Institucional/sustentabilidade/Paginas/Come_grow.aspx
- [11] <https://www.sonae.pt/pt/pessoas/talento-jovem/>
- [12] <https://utaustinportugal.org/media-post/aposta-estrategica-de-portugalcomuniversidade-de-austin-eua-arranca-em-setembro/>
- [13] [goPortugal - FCT](https://www.goportugal.gov.pt)
- [14] [MAP-i – Programa Doutoral conjunto em Informática da U. do Minho, U. de Aveiro e U. do Porto. – Departamento de Informática](https://www.map-i.pt/Programa-Doutoral-conjunto-em-Informatica-da-U.-do-Minho,-U.-de-Aveiro-e-U.-do-Porto.-Departamento-de-Informatica)
- [15] [https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/eurydice/portugal/highereducationfunding#:~:text=Higher%20Education%2C%20Science%20and%20Innovation,i,s%20tax%20revenue%20\(46%25\)](https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/eurydice/portugal/highereducationfunding#:~:text=Higher%20Education%2C%20Science%20and%20Innovation,i,s%20tax%20revenue%20(46%25))
- [16] https://www.oecd.org/en/publications/resourcing-higher-educationinportugal_a91a175ehttps://www.oecd.org/en/publications/resourcing-highereducationin-portugal_a91a175e-en.htmlen.html
- [17] <https://www.ulisboa.pt/unite>
- [18] <https://www.fct.pt/internacional/goportugal/>
- [19] <https://www.cmuportugal.org>
- [20] <https://www.up.pt/portal/pt/conhecer/a-uporto-no-mundo/eugloh-uporto/>
- [21] <https://www.eitmanufacturing.eu/whatwedo/education/educationprogrammes/empower-programme/pioneering-learningjourneys/winterschool/>
- [22] <https://www.uc.pt/internacional/estrategia/parcerias/ec2u>